

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 526.774 - MG (2019/0238529-5)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : BETHANIA GUIMARAES COSTA E SILVA**  
**ADVOGADO : BETHÂNIA GUIMARÃES COSTA E SILVA - MG089885**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : RODRIGO FERREIRA TOME FILHO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de pedido liminar formulado em **habeas corpus** impetrado em favor de RODRIGO FERREIRA TOME FILHO, contra v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Aponta-se a ausência de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

É o breve relatório.

**Decido.**

No caso em tela, **ao menos em sede de apreciação sumária**, tenho que o **decisum** que decretou a prisão preventiva do ora paciente (fls. 98-99) está suficientemente fundamentado, com a indicação da existência nos autos de circunstâncias ensejadoras da custódia cautelar, notadamente pelo fundado receio de reiteração delitiva.

Por oportuno, transcrevo trecho do **decisum** que decretou a prisão preventiva em desfavor do paciente:

*"Ja o periculum libertatis reside na necessidade de resguardar a ordem pública, pois é patente a periculosidade concreta do agente, bem como a possibilidade concreta de reiteração delitiva. Isso porque, ao menos pelos elementos que compõem o presente caderno, a dinâmica do evento danoso permite concluir se tratar de pessoa socialmente perigosa, haja vista ter o autuado, em tese, apresentado resistência à abordagem policial em estado de aparente agressividade. Não bastasse isso, ele próprio reconheceu que ainda tentou praticar um novo assalto antes de sua abordagem, no entanto, não*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*conseguiu, donde se infere pela possibilidade concreta de reiteração delitiva. Assim sendo, a soltura imediata poderia possibilitar eventual desguardo à ordem pública, de forma que a constrição cautelar deve perdurar, não sendo suficientes as demais medidas dessa espécie previstas na legislação processual de regência" (fl. 98, grifei).*

Sobre o tema, colaciono o seguinte precedente desta eg. Corte Superior:

**"PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIMES DOS ARTIGOS 16, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 10.826/2003; E 180, DO CÓDIGO PENAL. RÉUS CONDENADOS. NEGATIVA DE APELO EM LIBERDADE. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO CRIMINOSA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA EM RELAÇÃO AO APENADO JOSÉ IURI.**

**CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO, APENAS PARA AJUSTAR A SEGREGAÇÃO CAUTELAR AO REGIME FIXADO NA SENTENÇA.**

1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. A jurisprudência deste Superior Tribunal firmou entendimento de que não há constrangimento ilegal quando a prisão preventiva é decretada para garantia da ordem pública diante da possibilidade de reiteração criminosa.

3. A custódia cautelar do recorrente W. L. B. de O. foi decretada para evitar a reiteração da prática criminosa e, assim garantir a ordem pública, haja vista tratar-se de acusado com histórico de prática delitiva. 4. Quanto ao pedido de revogação da custódia antecipada de J. I. O. de Q., constata-se que tal questão não foi objeto de julgamento pelo Tribunal a quo, no acórdão ora impugnado, visto tratar-se, na origem, de reiteração de pedido, o que impede seu conhecimento por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância, consoante pacífico entendimento desta Corte.

5. Verifica-se, de ofício, que o Superior Tribunal de

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Justiça, alinhando-se ao entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, tem admitido a adequação da segregação provisória ao regime fixado na sentença condenatória.*

*6. Recurso em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. Ordem concedida, de ofício, apenas para que os recorrentes aguardem o julgamento de eventual apelação no regime fixado na sentença, salvo se por outro motivo estiverem presos em regime diverso" (RHC 57.394/CE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 09/06/2017)*

Não há que se falar, portanto, **em princípio**, em ilegalidade da prisão. Assim, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada neste juízo meramente perfunctório, razão pela qual **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR  
CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator